



## BAREMA

- Cada questão objetiva vale 1,0
- Cada questão subjetiva vale 3,0

### Questão 01 e 02 - cada assertiva

1,5 = assertiva correta + indicação de artigo (s) + fundamentação completa.

1,2 = assertiva correta sem indicação de artigo (s) + fundamentação satisfatória.

0,8 = assertiva correta + indicação de artigo + fundamentação insuficiente.

0,5 = assertiva correta + sem indicação do artigo + fundamentação inadequada.

0,3 = equivalente a 1/5 da questão---> questão tem alguma coisa certa

## PROVA OBJETIVA

### 1) Acerca da competência dos entes federativos, assinale a opção correta:

- I) Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.
  - II) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito
  - III) É competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre propaganda comercial;
  - IV) Os Estados possuem competência para estabelecer, supletivamente, normas gerais sobre produção e consumo.
  - V) É competência privativa da União legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
- a) I e II são as únicas alternativas corretas.
  - b) I e IV são as únicas alternativas corretas.
  - c) III e IV estão incorretas
  - d) III e V estão incorretas**
  - e) III, IV e V estão incorretas.

### 1) A respeito da Administração Pública, assinale a opção correta:



- a) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, sendo improrrogável esse prazo.
- b) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos de professor.
- c) Prescinde de autorização legislativa a criação de subsidiárias de autarquias.
- d) Cabe à lei complementar definir as áreas de sua atuação de fundação pública.**
- e) Admite-se a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

**2) Sobre a instituição de impostos, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- b) Para instituição do ICMS, as comunicações são consideradas como serviços essenciais e indispensáveis.
- c) O imposto sobre a exportação é de competência da União.
- d) O imposto sobre a propriedade territorial rural tem como base do cálculo o valor fundiário
- e) A incidência do imposto sobre a renda depende da condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção**

**3) Sobre as normas que regem o direito processual civil, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Há impedimento do juiz no processo em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego.
- b) O juiz pode declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões
- c) Apenas os motivos referentes a impedimentos são aplicáveis ao Ministério Público.**
- d) Aplica-se aos escrivães os motivos de suspeição aplicáveis ao juiz.
- e) É defeso a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.

## PROVA SUBJETIVA

### QUESTÃO 01

A empresa Energiza é concessionária prestadora do serviço público de fornecimento de energia elétrica no Município Gama, tendo obtido, no último ano,



recorde em seus lucros. Manuel, empregado da empresa Energiza, após reclamação de Fátima, usuária do serviço, realizava reparo na rede de fornecimento de energia elétrica em via pública em frente à residência da usuária, quando manuseou com muita força seu instrumento de trabalho, causando a ruptura de algumas fiações.

A conduta de Manuel fez com que ocorresse uma descarga elétrica em um veículo que estava estacionado na rua, pertencente à turista Andreia (não usuária do serviço público), causando-lhe danos materiais pelo defeito na aparelhagem elétrica do seu carro. Outrossim, os fios desencapados acabaram por atingir o portão elétrico de entrada da casa de Fátima, provocando a queima da aparelhagem deste. À vista disso, Manuel e Andreia ajuizaram ação indenizatória pelos danos materiais sofridos.

Tendo em vista o caso em testilha, responda às perguntas a seguir levando em conta a estratégia jurídica que demande menor ônus probatório para as Requerentes.

**A) Em face de quem deverão ser manejadas as ações judiciais a serem propostas? Justifique.**

As ações indenizatórias a serem ajuizadas por Andreia e Fátima devem ser propostas em face da empresa Energiza, eis que se trata de prestadora de serviço público que deve responder pelos danos causados por seu funcionário Manuel, conforme dispõe o Art. 37, § 6º, da CRFB/88.

**B) Qual tipo de responsabilidade civil deve embasar as ações indenizatórias a serem ajuizadas por Fátima (usuária do serviço público) e por Andreia (terceira, não usuária do serviço público)? Justifique.**

Com base no mesmo Art. 37, § 6º, da CRFB/88, incide a responsabilidade civil objetiva (na qual não há necessidade de comprovação do elemento subjetivo - dolo ou culpa - do agente Manuel) tanto para Fátima (usuária do serviço público) quanto para Andreia (não usuária do serviço público), eis que a citada norma constitucional que rege a matéria não fez qualquer distinção entre o usuário e o não usuário do serviço.

**QUESTÃO 02**

Bruno, ao chegar com seu pai gravemente doente em uma clínica particular, concordou em pagar R\$ 100.000,00 (cem mil reais), valor muito superior ao ordinariamente praticado, para submetê-lo a uma cirurgia imprescindível à manutenção de sua vida.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DA BAHIA

Bruno assinou confissão de dívida no valor acordado, mas, ante a ausência de condições financeiras para cumpri-la, resolveu ajuizar uma ação judicial, tendo em vista que não possuía o valor supramencionado. Sobre a situação hipotética apresentada, responda aos itens a seguir.

**A) Essa situação caracteriza-se como causa de invalidade do negócio?**

Sim, é causa de invalidação do negócio jurídico por se caracterizar o estado de perigo, segundo o Art. 156 do CC.

**B) ANULADA**

O erro de digitação tornou a alternativa incompreensível para alguns estudantes. Assim, a alternativa B foi anulada e a pontuação referente à assertiva foi conferida a todos os estudantes.